

O Estado Capitalista Brasileiro: O Que Está por Trás das Políticas de Governo e a Greve dos Servidores Públicos Federais 2012

Rui Muniz
Márcia Tavares

1. Para os governos de Estados capitalistas, tudo começa e se justifica pela crise econômica. Mas não se trata de uma "nova" crise, mas de um processo de acomodação das contradições do sistema econômico vigente. Esta é a reflexão de partida para tecer uma rápida avaliação para conduzir a uma caracterização da conjuntura quanto à concepção de Estado, conseqüentemente também de Universidade Pública, e apontar para ações concretas na construção de uma alternativa popular.
2. Importante afirmar, inicialmente, que não se trata de um estudo ou tese academicamente pretensiosa, ou quem sabe poderia ser vista por alguém crítico como uma forma de pautar conteúdos, posições e personalismos; mas ao contrário, é uma abordagem individual que pretende apenas provocar o que todos devemos construir: uma avaliação da conjuntura, de um recorte da vida como a enxergamos, buscando acelerar o acúmulo social suficientemente consistente para romper com a lógica do modelo de Estado e produção capitalista.
3. Para cumprir estes objetivos, é importante referenciar e reafirmar alguns elementos conceituais para que a caracterização e a construção se sustentem claramente de forma ideológica. Para tanto, vamos nos sustentar na visão de Lenin em seu livro *Que Fazer*, que defende a necessidade de formular teorias para que haja movimentos políticos e lutas políticas efetivas, de forma a possibilitar que haja uma prática consciente e que esta esteja sustentada em fundamentos teóricos.
4. Georges Politzer, em seu trabalho *Princípios Elementares de Filosofia*, aponta para a necessidade de filosofar para que possamos responder a certas perguntas, dar respostas precisas e dar uma explicação aos problemas a partir das ciências, onde defende a adoção do método de resolução marxista dos problemas, que se sustenta no que se chama de materialismo, que é que a explicação científica do universo. Esta filosofia materialista, portanto, progride no decurso da História, ao mesmo tempo que as ciências. Por ter origem nas ciências, o marxismo apoia-se nelas e evolui com elas. Portanto, devemos inicialmente filosofar para que cheguemos ao conhecimento das coisas e realizemos as ações que nos são demandas para resolver nossos problemas, a partir do conhecimento científico.

I - O Mundo Capitalista Gira na Luta de Classes: Uma Discussão Necessária

5. O pressuposto inicial é que o mundo, na conjuntura que vivemos, opera a partir de relações impositivas ditadas pelos donos dos meios de produção e da reprodução do capital pelo capital. Mas o que eles querem: Lucro, que na produção é a diferença entre o valor do que é produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, que no sistema financeiro é o ganho proporcionado pela operação deste sistema a partir da operação das transações financeiras e empréstimos e que se multiplica nas transferências e contratações de serviços. Mas é bom lembrar a lógica de funcionamento da economia

capitalista: está baseada na busca da rentabilidade elevada e da acumulação segura.

6. Marx chamou a atenção para o fato de que os capitalistas, uma vez pago o salário de mercado pelo uso da força de trabalho, podem lançar mão de duas estratégias para ampliar sua taxa de lucro: estender a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante - o que ele chama de mais-valia *absoluta*; ou ampliar a produtividade física do trabalho pela via da mecanização - o que ele chama de mais-valia *relativa*. Em fazendo esta distinção, Marx percebe a possibilidade de os capitalistas ampliarem autonomamente suas taxas de lucro sem dependerem dos custos de simples reprodução física da mão-de-obra. Produção de mais-valia relativa é um modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista. Consiste na intensificação do ritmo de trabalho, através de uma série de controles impostos aos trabalhadores, que incluem da mais severa vigilância a todos os seus atos na unidade produtiva até a determinação dos movimentos necessários à realização das suas tarefas. O capitalista obriga o trabalhador a trabalhar a um ritmo tal que, sem alterar a duração da jornada, produzem mais.
7. A condição de existência no sistema social dos detentores dos meios de produção, historicamente identificados como proprietários dos meios e recursos de produção, e os trabalhadores, possuidores unicamente de sua força de trabalho, faz com que existam divisões sociais, identificadas como classes sociais. Assim, os donos dos meios de produção se apoderam da mercadoria produzida pelos trabalhadores e ao produtor dessa mercadoria sobra apenas um salário que é pago, de acordo com o valor que estes donos estão dispostos a pagar. Desta forma, os trabalhadores são forçados a vender seu trabalho por uma fração do real valor da mercadoria que produzem, enquanto os proprietários se apoderam do restante.
8. Conclui-se que a Luta entre as Classes, resultado desta sociedade desigual e imposta pelas diferenças garantidas pelo Estado Capitalista, pela complexidade que o sistema impõe deve enfrentar no mínimo três diferentes ambientes de luta: a luta econômica, a luta política e a luta ideológica. Não se pode, portanto, lutar apenas pelo pão sem lutar pela paz, sem defender a liberdade e a democracia, sem defender iguais condições para todos e ter em seu bojo todas as ideias que sirvam à luta por tais objetivos, sempre considerando a situação econômica e as correntes ideológicas a partir de referenciais científicos.

II - Conjuntura Brasileira

Políticas de Governo no Brasil

9. As preocupações com queda do PIB (produto interno bruto), capacidade de crescimento, desenvolvimento e seu modelo, estabilidade econômica, salários, assistência e benefícios têm povoado as discussões oficiais em nosso Brasil. Defende-se inclusive a condição do Brasil como um país dito emergente e que tem várias particularidades que o qualificam com potencial de desenvolvimento, principalmente por atender aos requisitos do chamado tripé do desenvolvimento: Natureza, Capital e Trabalho. A crítica comum até justifica nosso pequeno desempenho por não saber explorar estes "recursos disponíveis", e este cenário é o provocado para o ambiente das políticas de governo.
10. Mas fala-se, também, que temos deficiências de investimentos em infraestrutura e que são demorados e custosos. Outro fator supostamente limitante do

crescimento e que também se prestam para justificar nossas tímidas políticas públicas para educação, saúde, habitação... inadequados é o trabalho, apelidado de capital humano, muito desqualificado. Diz-se, de outra forma, que somos um país onde não existe falta de empregos, existe sim falta de mão de obra qualificada e, assim, temos de buscar no exterior mão de obra para operar nossas plantas industriais e investimentos de ponta.

11. E para dar mais suporte e justificativas às ações ou não-ações do governo, são apresentados temores de que a desaceleração das economias norte-americana, europeia e asiática precipitem uma recessão ainda maior. E nesta ciranda, o desemprego aumenta, o petróleo e a inflação aumentam e os governos tem que formular políticas para aumentar o consumo e reduzir custos, na lógica das empresas capitalistas.
12. Os rombos derrubam as bolsas do mundo inteiro, os lucros dos grandes capitalistas justificam, nesta lógica, a injeção de "investimentos públicos" na economia privada, e o Brasil encaminhou em 2012:
 - renúncia fiscal = 25 bilhões
 - gasto com a copa = 40 bilhões
 - ajuda a banqueiros = 55 bilhões
 - portos, aeroportos, rodovias e ferrovias = + 50 bilhões
 - gasto com a dívida em 2011 = 945 bilhões (juros + amortização + rolagem)
 - perdão da dívida de instituições privadas de ensino = 18 bilhões
13. E os Bancos no Brasil? Conforme *Paulo Klias*, a cada início de ano os balanços relativos ao ano anterior começam a ser divulgados. E aí, a liturgia do anúncio tem virado rotina nos últimos anos: a cada novo exercício, mais recordes são batidos. Por se tratar de um setor altamente concentrado e oligopolizado, aqui vale a máxima de "poucos e enormes". Verdadeiros mastodontes das finanças! Como gostava de dizer o ex-Presidente Lula, "nunca antes na História deste País" os bancos ganharam tanto dinheiro e de forma tão fácil!
14. Ao longo de 2011, os cinco maiores bancos obtiveram a fantástica soma de R\$ 51 bilhões sob a forma de lucros líquidos! Uma loucura! E observem que cada um desses resultados é minuciosamente elaborado segundo as regras e as recomendações do assim chamado "planejamento tributário". Ou seja, um nome pomposo para a adoção de técnicas e procedimentos destinados a reduzir o pagamento de impostos devidos, aproveitando-se de todas as facilidades e brechas previstas na legislação e nas regulamentações. Na verdade, trata-se de um difícil equilíbrio entre evitar o pagamento de tributos e apresentar um lucro polpudo para melhorar a imagem da empresa e repartir recursos entre os acionistas na forma dos dividendos.
15. Os resultados dos lucros de 2011 foram os seguintes:
 - Itaú - R\$ 14,6 bi;
 - Banco do Brasil (BB) - R\$ 12,1 bi;
 - Bradesco - R\$ 11 bi;
 - Santander - R\$ 7,8 bi;
 - Caixa Econômica Federal (CEF) - R\$ 5,2 bi.

16. Por *Paulo Klias*, os 3 primeiros colocados costumam ficar alternando entre si os lugares no pódio, de acordo com os anos. Mas o Banco do Brasil é a instituição mais robusta, com o maior patrimônio entre todos. A empresa de economia mista, subordinada ao Ministério da Fazenda, atingiu outra façanha inédita ainda no mês de fevereiro: chegou à marca de R\$ 1 trilhão na forma de seus ativos. A monstruosidade dos valores dificulta a real compreensão, mas a cifra equivale a 25% do PIB do Brasil.

Tem mais dinheiro indo para a mão dos capitalistas? De onde sai este dinheiro, mesmo?

17. Para a primeira pergunta, o lucro dos capitalistas se junta ao capital dos Credores Brasileiros obtido pelo pagamento da Dívida Brasileira! Conforme estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, a dívida consome a maior parte do Orçamento da União. Para 2012 o Congresso Nacional aprovou e a Presidente Dilma sancionou o Orçamento da União no montante de R\$ 2.150.458.867.507 (2 trilhões, 150 bilhões, 458 milhões, 867 mil e 507 reais). O valor destinado à Dívida Pública corresponde a 47,19% de todo o orçamento, e equivale a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de 1 trilhão de reais. Referido valor compreende as seguintes rubricas: Juros e Amortizações da Dívida, inclusive a chamada “Rolagem”, também denominada como “Refinanciamento”.

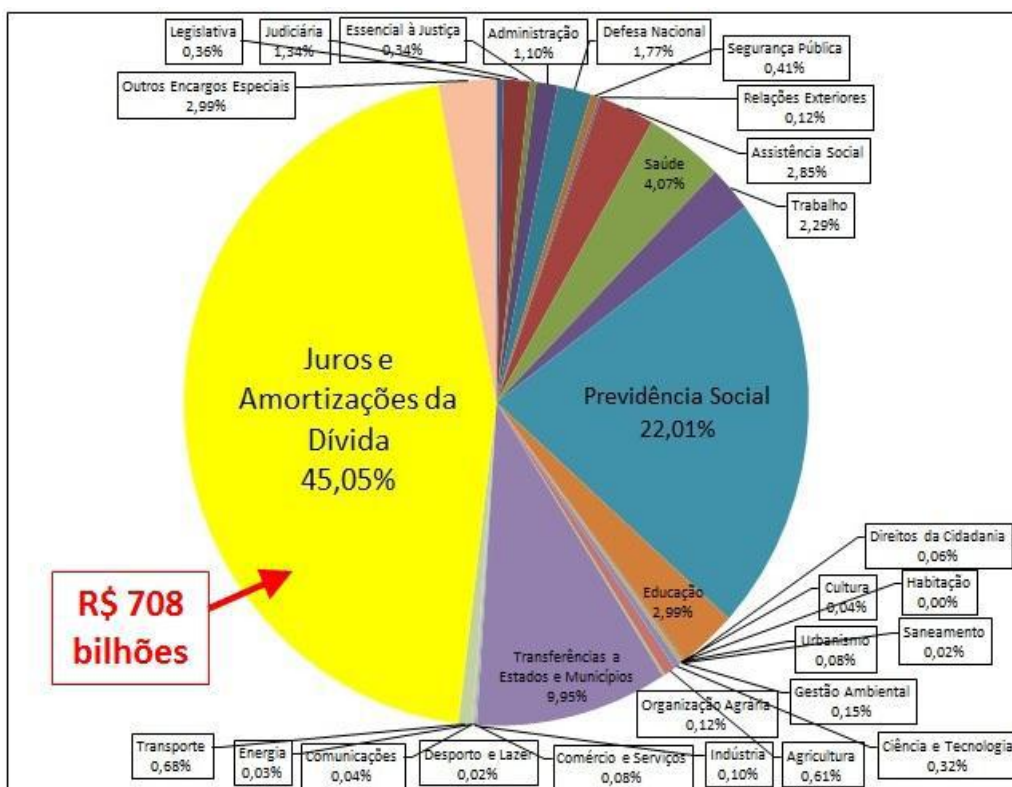


Figura 1: Orçamento Geral da União de 2011, por Função Executada até 31/12/2011 - Total: R\$ 1,571 Trilhão - Auditoria Cidadã da Dívida

Nota 1: As despesas com a dívida e as transferências a estados e municípios se incluem dentro da função "Encargos Especiais".

Nota 2: O gráfico não considera os restos a pagar de 2011, executados em 2012.

18. Pelas informações, é evidente o sacrifício geral de toda a sociedade, dos entes federados e do próprio país diante do privilégio da dívida, Para entender a repercussão desta política, é só associar as informações de investimentos constantes no gráfico e compará-las com os indicadores brasileiros na saúde, educação, saneamento, previdência, habitação...
19. Para desenvolver os mecanismos de apropriação de riquezas que acontecem com a existência das dívidas de Estado, Michael Hudson em seu estudo *A escravidão da dívida – porque destruiu Roma e porque nos destruirá se não for travada*, busca Aristóteles, através do Livro V da *Política*, para descrever a eterna transição de oligarquias que se auto-transformam em aristocracias hereditárias – as quais acabam por ser derrubadas por tiranos ou desenvolvem rivalidades internas, quando algumas famílias decidem "*trazer a multidão para o seu campo*" e introduzir a democracia, dentro da qual emerge de novo uma oligarquia, seguida pela aristocracia, democracia e assim por diante ao longo da história.
20. A dívida, conforme Hudson, tem sido a dinâmica principal que conduz estas mudanças – sempre com novas reviravoltas. Ela polariza riqueza para criar uma classe credora, cujo domínio oligárquico acaba quando novos líderes ("*tiranos*" para Aristóteles) ganham apoio popular, através do cancelamento das dívidas e redistribuição dos bens ou da captação do seu usufruto para o Estado. Desde o Renascimento, contudo, os banqueiros transferiram seu apoio político para as democracias. Porém, isto não refletiu convicções políticas igualitárias ou liberais, mas antes um desejo de melhor segurança para os seus empréstimos. Como explicou *James Stuart*, em 1767, os empréstimos da realeza continuaram a ser assuntos privados, ao invés de dívidas verdadeiramente públicas. Para que as dívidas de um soberano se tornassem vinculativas para todo o país, os representantes eleitos tinham de decretar impostos para pagar os respectivos encargos de juros.
21. Ao atribuir aos contribuintes esta intervenção na governação, as democracias holandesa e britânica proporcionaram aos credores muito maiores condições de segurança no pagamento do que as que tinham com reis e príncipes, cujas dívidas morriam consigo. Mas as recentes reclamações da dívida da Islândia à Grécia e à Espanha sugerem que os credores estão a transferir o seu apoio para longe das democracias. Eles estão a exigir austeridade fiscal e, mesmo, privatizações em saldo. Isto é uma viragem da finança internacional para uma nova forma de guerra. O seu objetivo é o mesmo das conquistas militares de tempos passados: apropriar-se dos recursos minerais e territoriais, assim como da infraestrutura pública, e extrair tributos. Em resposta, as democracias estão a exigir referendos sobre se devem pagar aos credores, através da liquidação do domínio público e do aumento de impostos, para impor o desemprego, salários em queda e depressão económica. A alternativa é reduzir dívidas ou mesmo anulá-las, e reafirmar o controle regulador sobre o setor financeiro.
22. Para a segunda pergunta, que trata da origem do dinheiro para pagar as dívidas, a resposta e a compreensão pode ser obtida pela observação de nossos cotidianos: inexistência de saúde pública, educação pública sucateada, falta de saneamento e água potável, infraestrutura deficiente, problemas na ocupação social rural e urbana.
23. A política que privilegia pagamento da dívida em detrimento às políticas públicas e cidadãos, as consequências terminam sempre assolando à classe trabalhadora mais sensível nos subúrbios, vilas, periferias... atingindo os deserdados do Brasil,

de todas as origens étnicas e raciais, mas principalmente índios e negros, seus descendentes e miscigenados que carecem de cidadania e ascensão social.

Estado Privatista Brasileiro

24. Cândida da Costa, em seu estudo *Nem Vítima Nem Vilão: Reflexões sobre o Serviço Público no Brasil*, reflete que a onda neo-liberal se avoluma no Brasil. A ordem é desregular, flexibilizar, retirar os direitos sociais. Aos problemas sociais que se avolumam, a resposta é a indiferença ou a repressão. Mas ao mesmo tempo que o governo brasileiro defende o enxugamento do Estado e da máquina pública, segue generoso na sua parceria com o setor privado.
25. A sociedade civil organizada tem se defrontado com muitos obstáculos, dada a conformação que o modo de produção capitalista vai impondo à vida social. Temos assistido à agudização da desigualdade e da exclusão social caminhando lado a lado com o reforço ao individualismo.
26. Os problemas sociais se avolumam cada vez mais. O acirramento da miséria, o desemprego estrutural, a retração dos direitos sociais se chocam com as demandas da população por melhores condições de vida, trabalho, direito à terra, serviços públicos de qualidade, democracia. A trajetória definida pelo governo brasileiro, em consonância com as exigências do capitalismo internacional, não inclui o atendimento a tais demandas.
27. Enquanto o governo se esquece dos problemas enfrentados pela maioria da população, os atores sociais organizados percebem que é necessário reagir. E que esta reação deve ser coletiva, questionar a exclusão social e exigir um novo caminho para ser trilhado por este país.
28. Neste contexto as ações dos governos que têm se sucedido após a "democratização" do Brasil, de Sarnei, Collor, FHC, Lula e Dilma, todos admitiram a lógica do denominado neoliberalismo, mais um apelido para satisfazer os interesses e a submissão aos ditames dos capitalistas. Se não, vejamos alguns exemplos que servem para diferentes setores da economia em todos os níveis de gestão pública (União, Estados e Municípios), onde foram transferidas responsabilidades do Estado para que os investidores privados tenham grandes lucros:
29. - Saúde: privatizada. Ex.: De 2005 a 2009 mais de 30 milhões de habitantes passassem a ter opção de trocar o deficitário Sistema Único de Saúde (SUS) por um atendimento que é mais confiável do que o público. Para se ter uma ideia desse avanço, desde 2000 o número de clientes dos planos de saúde cresceu 39% no país, totalizando 42,9 milhões de pessoas no final de 2009. O crescimento dos planos de saúde privados avança. Segundo o último Caderno de Informação da Saúde Suplementar da ANS, o primeiro trimestre de 2012 encerrou-se com o registro de 47,9 milhões de vínculos de beneficiários a planos de assistência médica. Em dezembro de 2000, esse número era de 30,7 milhões. Em 2011, o mercado dos planos de saúde teve um faturamento de R\$ 83,4 bilhões, o que representa um crescimento de 11,7% quando comparado a 2010;
30. - Educação: privatizada. Ex.: 2011 foi um ano de muitos negócios no setor de educação privada no Brasil. Esta expectativa apresenta fortes evidências. Primeiro a questão macroeconômica: há muito otimismo em relação à recuperação da economia mundial e de um crescimento maior do Brasil neste cenário. Segundo, as questões setoriais: (a) o movimento de consolidação na educação privada ainda tem muito espaço para crescer (os 12 consolidadores possuem 30% do mercado, mas podem e querem chegar a 50%), e dinheiro para isto não falta.

Anhanguera, Estácio e Kroton (três das quatro empresas educacionais listadas na bolsa) possuem, juntas, mais de R\$ 1 bilhão para investir em aquisições. Os demais grupos consolidadores juntos possuem também quase R\$ 1 bilhão. Os fundos de private equity interessados em educação têm capacidade de investimento no setor na ordem de R\$ 1,2 bilhão. Os grupos internacionais que buscam entrar no Brasil anunciam fôlego para investimentos na ordem de dois bilhões de reais. Com tudo isto fica fácil concluir que há mais dinheiro do que boas oportunidades de negócios - Ryon Braga. Brasil Econômico;

31. - Previdência: privatizada. Ex.: A previdência privada, composta pelos planos comercializados por bancos e seguradoras atingiu, em 2011, 12 milhões de contratos no Brasil, segundo dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), e movimentou de janeiro a setembro R\$ 37,3 bilhões, com alta de 20,57% na comparação com o mesmo período do ano anterior;
32. - Infraestrutura / rodovias: privatizada. Ex.: As 12 concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo já arrecadaram mais do que investiram nos sete primeiros anos do programa de concessão de rodovias. Pelas contas do próprio governo, a receita bruta dos pedágios chega a R\$ 7,4 bilhões, enquanto os investimentos em obras e ampliação da malha viária somam R\$ 5,6 bilhões. Estão sendo privatizados, no momento, mais de 17 mil quilômetros de rodovias e ferrovias;
33. - Infraestrutura / portos: em privatização. A movimentação de cargas nos portos tem crescido 5,8% ao ano, nos últimos 20 anos, o que tornou este segmento atrativo. Mas antes de entregar mais este setor às empresas, o governo investirá pesado para facilitar e garantir lucro aos que adquirirem mais esta função pública, que se tornará "mercado";
34. Além destes exemplos, podemos tratar outros segmentos do serviço público como energia elétrica, combustíveis (exploração e comércio), telefonia e aeroportos. Questões escandalosas de privatização também acontecem em segmento como a Segurança Pública, onde a terceirização dos setores administrativos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal acontecem em larga escala. São fechados postos da PRF, por exemplo, pela falta de servidores; para ter noção do sucateamento, o número de Policiais na corporação é igual ao número de servidores no Senado Federal.
35. Destacam-se, ainda, as políticas de desregulamentação e precarização das relações de trabalho, que vêm impondo ao mundo do trabalho alterações de forma em acordo com as mudanças no mundo do trabalho relativos aos modos de produção importados pelos grandes exploradores das riquezas nacionais. Estas mudanças, minimamente consideradas sob uma lógica cultural, vem afetando tanto os indicadores de saúde e segurança, introduzindo novas doenças profissionais, quanto também estão retirando uma grande massa de trabalhadores que não têm oportunidade de se prepararem para atuar nestes ambientes.

Os Governos e os Serviços Públicos

36. O que fica bem aparente nas políticas dos governos, por suas práticas e compromissos políticos, é a intenção de privatizar do Estado e a transferência de "filões" de mercado para as empresas privadas. Para tanto, adotaram o gerenciamento do Estado como se empresa privada fosse, preocupando-se antes com gestão e custos para aí garantir as funções públicas que lhe restam como responsabilidade. O modelo de empresas de regulação, criadas para justificar que

há controle do estado sobre funções públicas privatizadas (Energia, Telecomunicações, Estradas, Portos, Aeroportos, Saúde...), sequer consegue mascarar o caráter de garantidoras de interesses de empresas privadas, não assumindo na prática a fiscalização pública que na lógica divulgada pelos governantes deveria inibir o sucateamento da estrutura e dos serviços públicos. Como resultado, faltam serviços públicos e sobram lucros, auferidos para as empresas privadas.

Política Governamental com os SSPPFF

37. As manchetes dos jornais estampam o que parece ser uma vitória da sociedade sobre os Servidores Públicos ou a aniquilação de suas benesses sempre que o governo adota retirada de direitos, ou privatiza funções públicas, como quando aprovou o novo limite de idade e a aposentadoria complementar. Os governos fazem disto manchete por sua intenção de esconder os objetivos reais de responsabilizar os trabalhadores públicos pela má gestão do Estado, mascarar os beneficiamentos que os políticos profissionais têm nos exercícios de suas funções, tirando de foco o imoral e assassino pagamento da Dívida Externa e a falta de compromisso e profissionalismo na gestão do Estado.
38. Além disto, persistem alguns desafios que os servidores públicos, enquanto trabalhadores e cidadãos, precisam enfrentar e dar respostas eficazes, visando contribuir para modificar a relação historicamente estabelecida entre servidores públicos, Estado e sociedade civil. A luta pela democratização do serviço público, com a necessária exigência de transparência na alocação e utilização dos recursos públicos, na definição e gestão das políticas públicas, se impõe como uma tarefa a ser assumida pelos trabalhadores e suas organizações sindicais, em articulação com outras entidades da sociedade civil organizada que compõem o campo democrático-popular em nosso país.
39. É imprescindível, portanto, que os trabalhadores do setor público enfrentem esta discussão com a sociedade, sobre os desafios colocados para a categoria e para o serviço público, face ao ataque sistemático que estes vem sofrendo pela implantação do projeto neo-liberal de FHC, Lula e Dilma. A adoção de políticas neste enfrentamento não deve partir só dos Servidores. Cabe à sociedade civil organizada recuperar o serviço público para a população, criando mecanismos de participação popular, planejando e controlando a execução das políticas públicas na perspectiva de que estas se voltem para o atendimento das demandas da população.
40. Revolucionar o serviço público também é contribuir para o despertar da consciência crítica do povo, para a construção de uma cidadania que desafia a cidadania regulada, que quer uniformizar e não criticizar a ação humana. É possível pensar uma ação coletiva, porque ao contrário da afirmativa de que o neoliberalismo se configura como a única alternativa, neutralizando ou aniquilando as iniciativas que o contestam, acredito que o mundo continua sendo resultado das ações, porque as energias utópicas não se esgotaram. Sempre que nos tornamos dissidentes em relação à nova ordem imposta por interesses econômicos, aqueles que se rebelam, estamos evidenciando as contradições, e podemos colocar em xeque o projeto de sociedade defendido pelos grupos dominantes.

41. A reapropriação do espaço público é um desafio que se configura, simultaneamente, para os trabalhadores do setor público e para a sociedade civil organizada. É a contra-tendência da maioria da população a um dos movimentos de exclusão que têm sido realizados no processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil.
42. Por outro lado, é também imprescindível que os trabalhadores do setor público enfrentem a discussão sobre a forma de organização sindical que melhor responde aos desafios colocados para a categoria e para o serviço público, face ao ataque sistemático que estes vem sofrendo pela implantação do projeto neoliberal.

Da Tática à Estratégia dos Servidores Públicos

43. Nossas ações devem ter o endereço certo; nossas ações devem buscar atender as questões imediatas, muitas vezes corporativas, para consolidar o que é estratégico nestes movimentos: combater a visão de Estado, instalada nos governos neoliberais, capitalistas, em todos os seus momentos. Não se trata de renunciar às questões específicas dos movimentos sociais, mas construí-las com a consciência que seremos vitoriosos quando atingirmos o modelo de Estado que os capitalistas desejam, que se pronuncia indiferente às condições de vida da sociedade.
44. Precisamos buscar construir, juntamente com outros segmentos, a articulação dos Movimentos Sociais para a construção de alternativas democráticas e populares.

III - Instituições Federais de Ensino

A Educação Superior

45. Para atender ao modelo de Estado neoliberal proposto pelos governos no Brasil, no primeiro governo do Lula em 2005 o então Ministro da Educação, Tarso Genro, entrega ao Brasil a denominada Lei da Educação Superior. Nela estão inseridas as quatro principais orientações colocadas pelo Banco Mundial em seu documento *The Higher Education*, Washington 1994, direcionado aos países em desenvolvimento, a saber: desenvolvimento de instituições privadas; diversificação no financiamento das instituições públicas; redefinição da função do governo; prioridade em objetivos de qualidade e equidade.

A Greve dos SSPPFF 2012 -

46. Como resultado do descaso do governo com o Serviço Público e suas funções, a greve dos SSPPFF com mais de 30 categorias e 350 mil trabalhadores não é uma sinalização, mas uma construção concreta que decorre da reorganização das forças políticas que se rebelam contra o modelo de Estado imposto pelos governos comprometidos com os resultados positivos dos capitalistas.
47. Além do grande esforço político dos trabalhadores em enfrentar a orientação liberal do governo de apressar as reformas neoliberais, os trabalhadores ainda experimentaram por vezes a desconfiança e a incompreensão com os eixos da

luta e a falta de capacidade das organizações da estrutura sindical em aglutinar a os trabalhadores em torno dos interesses de classe que representam.

48. Esta experiência, que deve ser transformada em aprendizado, deixa clara a necessidade da construção de uma política estratégica para os sindicatos dos trabalhadores, que se referencie pelas reais necessidades dos trabalhadores a partir da definição de uma ação sindical concreta com base nas categorias de base e não mais restrita na ação estratégica das organizações partidárias, que militam no campo institucional do Estado.

Greve nas IFE

49. Para as bases da FASUBRA, a Greve de 2011 teve papel determinante para o vitorioso movimento de 2012. Além de provocar o debate do papel da FASUBRA, possibilitou o aprendizado responsável por entendermos que tínhamos novas forças inseridas na discussão e um novo perfil de militantes em nosso movimento: a necessidade de se identificar com as demandas corporativas e políticas da base e a renovação nos quadros militantes em nossos sindicatos. Começou naquele momento a consolidação de uma relação capaz de estabelecer novos paradigmas para o movimento, a renovação de idéias: a experiência dos mais velhos se somando à vitalidade e ao novo cenário político associado à visão dos novos Servidores. A unidade de ação das forças a que se chegou em 2012 foram a redenção da camaradagem entre militantes, o amadurecimento de um processo de tolerância entre posições políticas, ampliação da capacidade de diálogo entre os grupos que militam, independente de suas estratégias organizativas.
50. A postura do governo, em todo o processo negocial, como sendo restrita a uma visão economicista e sob o limite de análise de custos, não considerando a necessidade de investimentos do Estado no Serviço Público e nas pessoas, que são os entes garantidores das atividades concorrentes e responsáveis pelos processos do conhecimento em ensino, pesquisa e extensão. Na proposta oferecida pelo governo há indefinições quanto aos prazos para implementação dos resultados das Mesas programadas no acordo: Democracia, Terceirização...
51. A proposta econômico-financeira, frustrante com relação às perdas existentes e à expectativa da base, deve ser tratada com preocupação se considerada um compromisso futuro. A repercussão nos salários pode se tornar muito frágil, mas na conjuntura política se tornou, para a categoria, importante enquanto ganho efetivo da Greve.
52. Como conclusão da GREVE, a orientação do CNG/FASUBRA que "por ampla maioria, orientou às Bases o aceite da Proposta do Governo e Saída Unificada, em nome da Unidade da Fasubra", considerando que esta greve é uma das mais fortes greve dos Técnicos Administrativos em Educação e do setor federal e uma das mais fortes greves de todo funcionalismo público federal, já construída neste século, baseando-se em: que o governo tem altos índices de aprovação popular; que o governo não irá mais avançar na proposta apresentada à categoria; que a margem de negociação após o dia 31 de agosto é praticamente nula; que estamos no limite do corte de ponto; que a última proposta apresentada pelo governo contém limitações, fruto da opção política do governo em privilegiar recursos do orçamento para o pagamento de juros da dívida pública, recusando-se a aumentar os recursos para educação; e que a proposta parcelada em três anos não atende aos anseios da categoria.
53. Esta posição foi construída em três cenários propostos para o futuro do movimento: no Cenário 01, colocava a rejeição da proposta e continuar a greve. Nesse cenário a categoria em greve estaria trilhando um caminho de muitas dúvidas e inseguranças; no Cenário 02, colocou a

rejeição da proposta e recuo da greve, projetando a perspectiva de uma nova greve para 2013, construindo um possível acordo para 2014; no Cenário 03, aceitarmos a atual proposta como parte da luta rumo ao ideal traçado pela categoria. No entanto, nestes cenários, a correlação entre os cenários e as caracterizações não ocorre, sustentando-se em suposições sem fundamento, senão vejamos: o montante que nos foi ofertado seria distribuído para outras categorias em greve, para o Cenário 1; é difícil afirmar com segurança que conseguiríamos após duas greves, sem nenhum ganho, conservar disposição na categoria para construir outra greve tão poderosa que arrancasse 3 bilhões em um ano, para o Cenário 2; a garantia da valorização da luta empreendida pela categoria, para o Cenário 3.

54. Além destas inconsistências políticas, o movimento com os Servidores Públicos Federais, das demais categorias do Serviço Público, não estão inseridas como elementos importantes das conjunturas e cenários, que o são.
55. Por outro lado, a Greve pode ser considerada como vitoriosa, seja pela resistência ao modelo de Universidade colocado pelo governo, como pela disposição dos Servidores em enfrentar a desconsideração do governo quando coloca políticas rebaixadas de previdência, salário e investimentos em setores públicos estratégicos para o Estado. Além disto, a Greve da FASUBRA teve repercussão nos resultados das negociações dos demais segmentos dos SSPPFF.
56. Nesta mesma interpretação, mesmo que de forma defensiva, a manutenção de concepções associadas à carreira garantiram princípios para a evolução profissional e salarial:
 - índice de reajuste linear;
 - “Step” fixo, entre todos os Padrões;
 - implantação efetiva dos Anexos III e IV;
 - manutenção da estrutura da Tabela;
 - manutenção do conceito de Classe até que se construa no movimento uma concepção associada ao Cargo Único;
 - ampliação para todos dos incentivos à formação;
 - manutenção do conceito de ambiente organizacional;
57. No entanto, a proposta apresentada pelo governo mantém algumas anomalias:
 - os valores oferecidos para “pisos” e “steps” não atendem às demandas da categoria;
 - não avança na concepção de Cargo Único e da mobilidade que possibilita mudanças de especialidades;
 - não assume explicitamente compromisso com o fim da terceirização no âmbito das IFES.

Greve na UFRGS

58. Na questão Local, assumimos uma estratégia que tem conseguido responder a questões gerais dos SSPPFF e as internas à UFRGS. No entanto, internamente, impõe-se a discussão com a base sobre os movimentos de negociação. As aminhadas e atos em locais públicos foram ações importantes de divulgação à sociedade e reafirmação interna do movimento dirigido pela ASSUFRGS. Estas definições têm fortalecido as ações e tem rompido com possíveis isolamentos internos e externos.
59. Na questão Local, ainda, destacam-se algumas questões:
 - a direção do movimento na UFRGS esteve sempre atenta às dificuldades e optou por **construir permanentemente o movimento em greve**;

- aos mais de 60 dias de greve, não conseguimos convencer a totalidade dos Servidores, mas o movimento foi vital e efetivo;
- a indefinição da greve dos docentes repercutiu na base de forma quase imperceptível;
- na UFRGS a maioria dos setores funcionou durante a Greve, em função do trabalho de quem não aderiu a greve, sendo que muitos desses Servidores têm complementação salarial por bolsas; há, também, trabalhadores que exercem atividades de Técnicos-Administrativos, como os terceirizados contratados por licitação e pelas Fundações para cargos de chefias e operacionais, e estudantes-bolsistas. Grande parte dos setores que estão funcionando, no entanto, o fazem em horários estranhos e com processos diferenciados.
- A Universidade, durante a greve, viveu a situação de meia-greve e meio-trabalho, como verificado na greve de 2000 e 2004: no entanto, há um núcleo consciente, de servidores em greve que se mantiveram assim até o fim.

IV - ASSUFRGS: Movimento dos Técnico-Administrativos na UFRGS

Princípios do Movimento: UFRGS Democrática, Pública e Popular

- 60. educação pública e gratuita: *direito da população e dever do Estado*, que deve ser universalizada com a extensão da rede pública e garantia da gratuidade em todos os níveis; o Artigo 206 da Constituição Federal garante a Gratuidade do Ensino Público com Democracia, Acesso e Qualidade.**
- 61. autonomia e democratização: *Universidade Autônoma*, nos planos administrativo, financeiro, didático-pedagógico, técnico-científico e político, conforme Artigo 207 da Constituição Federal. Universidade *Democrática*, garantindo-se o processo de participação dos trabalhadores na gestão cotidiana da Universidade e respeitando-se as entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária como foros legítimos de reivindicação. Eleições diretas, taticamente paritárias, em todos os níveis e setores, na direção da votação universal**
- 62. controle da comunidade universitária e o usuário como sujeito desse processo:** A Universidade deve estar submetida ao controle social da população; deve manter total transparência em todos os seus atos; garantir a participação da comunidade universitária e da sociedade no processo de planejamento e avaliação institucional.
- 63. padrão unitário de qualidade:** Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com permanente processo de avaliação. Isso deve se constituir em condição essencial na busca de um padrão de qualidade para o Sistema Federal de Ensino Superior.
- 64. compromisso social:** A Universidade é uma Instituição Pública. Portanto, compromissada com a população brasileira e a melhoria de suas condições de vida. Desta forma, deve constituir-se como espaço fundamental de produção e desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico; de formação de profissionais críticos, capazes de intervir na realidade social, e de valorização e preservação da cultura.
- 65. manutenção do sistema federal de ensino público superior:** Em conformidade com o Artigo 211 & 1º da Constituição Federal;

66. financiamento público com vinculação orçamentária: Manutenção do Artigo 212 da Constituição Federal;
67. regime de trabalho: Estatutário e Plano de Carreira Único para todos os Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino, com Isonomia Salarial e Concurso Público, com regime de 30 horas para garantir três turnos integrais de funcionamento da Universidade, de acordo com proposta construída por nós na FASUBRA.
68. manutenção dos direitos de aposentados e pensionistas: Salários vinculados ao Pessoal da Ativa

Principais Eixos Para a Gestão da UFRGS: Referências para atuação do Sindicato

69. A partir da proposta de reivindicar um Programa de Gestão para a UFRGS, aprovada pela Assembléia da ASSUFRGS em 2001, abrem-se à necessidade de discussão para definições em questões centrais da realidade da nossa Universidade:
- concepção de Universidade: a relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - avaliação da Universidade;
 - financiamento e a distribuição dos recursos públicos e dos provenientes da iniciativa privada que ingressam na UFRGS;
 - forma como a Universidade se relaciona com a sociedade: Instituições Públicas, Entidades Sociais e Populares, Empresas Privadas
 - desenvolvimento de tecnologias e a prestação de serviços;
 - relações de trabalho e a política de Recursos Humanos;
70. A partir destas definições, deve ser construído o Programa do Movimento, que deve estar disposto em cinco grandes eixos programáticos na disputa de um PDI alinhado com a concepção de Universidade Pública que defendemos:
- Democracia e Gestão Administrativa e Financeira
 - Financiamento
 - Relações com a Sociedade e Avaliação Institucional
 - Política Acadêmica
 - Política de Trabalhadores (as)

A Prestação de Serviços na UFRGS

71. A realidade financeira da Universidade e a relação desta com a sociedade estão permeadas pela Prestação de Serviços. Não bastasse o significado em nível de concepção de Universidade e a repercussão acadêmica dessa realidade, a estrutura da instituição e a relação de trabalho de seu pessoal se tornaram reféns desta condição.
72. É certo que há uma política de arrocho do governo no que diz respeito à disponibilidade de recursos públicos, mas muitas Unidades se oportunizaram dessas circunstâncias e, aproveitando a liberalidade proporcionada pela Administração, implantaram políticas individualizadas de relação com empresas.
73. A Universidade, em muitos locais, aproximou-se de um balcão de negócios, realizando prestação de serviços que poderiam ser realizados por empresas privadas. Ao invés de servir para desenvolver áreas em que o mercado não tivesse capacidade e tecnologia, a UFRGS disputa com empresas privadas e com seus próprios egressos no mercado.

74. A captação de recursos, complementar ao orçamento, além de constituir políticas individualizadas de infraestrutura, sem planejamento em nível de UFRGS ou resguardar uma concepção de Universidade, serve também para descaracterizar carreiras, implantar a discriminação entre os trabalhadores e complementar salários de alguns, em detrimento a uma condição socio-econômica coletiva.
75. O Sindicato tem que interferir nesta realidade, com a seguinte concepção:
- Prestação de Serviços somente deve ser admitida se estiver relacionada a atividades acadêmicas definidas;
 - se for estabelecida com instituições ou empresas públicas;
 - se no mercado não é desenvolvido o serviço por inexistência de oferta ou tecnologia.
 - No caso de envolver recursos financeiros, estes devem ser gerenciados pela Universidade; no caso de destinação destes recursos aos trabalhadores, esses devem beneficiar a toda a força de trabalho de igual forma.

As Fundações e a UFRGS

76. Uma das formas que a UFRGS admite hoje para se relacionar com empresas são as fundações, que estabelecem convênios e contrata a UFRGS para concretizar a tarefa. Por exemplo: a FAURGS, ou outra fundação, estabelece um convênio com outra Universidade ou empresa para realizar um curso de mestrado e contrata a UFRGS para ministrar e diplomar.
77. Com isso, entre outras coisas, a UFRGS não presta contas pela legislação de empresas públicas, e sim a fundação, por meio de uma legislação específica. A Unidade/Setor pode administrar os recursos e o Convênio sem interferência e planejamento da Universidade.
78. Sabe-se que a criação das fundações está associada a uma suposta “necessidade” que as IFES têm de enfrentarem a legislação vigente, que se diz ser burocratiza e dificulta os processos e procedimentos relacionados a utilização dos recursos públicos e privados que ingressam na Universidade. O que se sabe, e defende, é que a Lei 8666, Lei das Licitações, se adotada e operada com planejamento, e se os convênios forem gerenciados por um Escritório de Projetos, é perfeitamente possível de ser adotada; o que se exclui desta forma, isto sim, é a possibilidade de remuneração por projeto.
79. O que não podemos concordar é que estas fundações determinem o andamento das IFES, interferindo diretamente na força de trabalho, nos andamentos administrativos e burocráticos e, o que é pior, interfira nas questões acadêmicas e contribua determinantemente para a utilização privada dos recursos públicos das Universidades Públicas.

Com isto, algumas posições são referenciais para este tema:

80. Se não for possível, no momento, eliminar as relações com a sociedade a partir da interveniência das fundações, devemos posicionar a relação da Universidade com as fundações, e sua utilização, de acordo com uma definição de concepção da Universidade que esteja afinada com seu compromisso social;
81. O estabelecimento de relações entre as Fundações e a comunidade interna ou externa devem estar de acordo com as definições de concepção da Universidade e aprovadas em sua estrutura, não se admitindo a complementação salarial de

Servidores e a relação com empresas e instituições que não estejam abrigadas por projetos acadêmicos de Ensino, Pesquisa e Extensão, e não por prestação de serviços;

- 82.A Universidade deve construir uma regulamentação, superior as já existentes, que defina a formulação e a gestão de todas as relações externas a Universidade, garantindo a concepção e a gestão da Universidade – incluída em uma definição estratégica da Universidade, particularmente respondendo a requisitos associados às funções acadêmicas, a requisitos técnicos (meio ambiente, manutenção...) e a concepções políticas;
- 83.Estabelecer um política de Recursos Humanos, para o pessoal não estatutário, a partir das definições estratégicas do Setor de Recursos Humanos – redimensionamento, avaliação, capacitação e contratação;
- 84.Participação do Sindicato em todas as discussões e definições.

A UFRGS tem que responsabilizar efetivamente pela saúde dos trabalhadores!

- 85.Há sobrecarga de trabalho e responsabilidades em função da diminuição do quadro de pessoal
- 86.deve se realizar avaliação de demanda de pessoal na UFRGS, lutando pela abertura de Concurso Público com reposição dos cargos vagos ou não existentes;
- 87.Periculosidade, insalubridade e risco de vida: adoção das Normas Regulamentadoras
- 88.Diagnóstico das condições de trabalho em todos os ambientes, tendo por referência as Normas Regulamentadoras e a participação dos trabalhadores do setor e da ASSUFRGS.

Terceirizados e Funcionários Contratados pelas Fundações na UFRGS

- 89.Somos, por princípio, contrários ao processo de terceirização. No entanto, a terceirização é um fato na UFRGS. Não temos dúvidas que devemos combatê-la. Porém, os trabalhadores terceirizados necessitam de uma organização de fato.
- 90.Entendemos que todos que atuam na UFRGS, desde os que trabalham na limpeza dos prédios até o dirigente da Instituição, são trabalhadores em educação, independentemente do vínculo que possuam. Portanto, defendemos que os trabalhadores terceirizados sejam reconhecidos como tal. Consequência disto, é fundamental que a ASSUFRGS inicie o debate junto a esses trabalhadores com o objetivo de possibilitar sua filiação. Não podemos mais nos omitir frente a essa realidade. Além disso, defendemos que a ASSUFRGS atue junto aos órgãos competentes da Universidade para incidir nas regras de contratação destas empresas. O objetivo é claro: garantir a maior isonomia possível nas relações de trabalho entre os trabalhadores terceirizados e os da ativa. Além disso, garantir a fiscalização do cumprimento dos contratos de terceirização e a sua inclusão nas ações de qualificação, não enxergando essas como relação mercantil onde a UFRGS estaria perdendo dinheiro se abrangesse os terceirizados

Pauta Interna na UFRGS

- 91.construção de uma reforma estatutária democrática, com a participação no mínimo paritária dos segmentos internos da UFRGS e da sociedade civil;
- 92.revisão do PDI, com a participação no mínimo paritária dos segmentos internos da UFRGS e da sociedade civil;

93. condições de trabalho adequadas e democratização das relações de trabalho e da estrutura de poder. Respeito às diferenças e igualdade nas oportunidades de opinião e participação, inibindo a coerção, abuso de poder e assédio moral;
94. processos de escolha de Diretores de Unidades no mínimo paritários, com a garantia de nomeação pelo(a) Reitor(a) do eleito pela comunidade (docente ou técnico-administrativo);
95. melhor planejamento do trabalho nas Unidades com a participação de todos técnico-administrativos, evitando a alienação no trabalho e o funcionamento improvisado tipo "apagar incêndios";
96. avaliação do trabalho realizado com a participação dos técnico-administrativos;
97. Cursos noturnos, garantia do funcionamento da Universidade nos três turnos;
98. discussão sobre critérios para admissão de prestação de serviços e sua relação com a extensão, transparência na gestão financeira das prestações de serviço;
99. organização de fórum representativo do conjunto da sociedade que discuta e identifique as linhas de pesquisa da Universidade;
100. inserção da Universidade na comunidade a partir de espaços de representação institucional dos movimentos sociais;
101. transparência na gestão das fundações.
102. Discussão da matriz de distribuição de recursos da UFRGS com a comunidade universitária e com a sociedade. Critérios públicos e igualitários de distribuição de Recursos do Tesouro Nacional e captados de empresas privadas e públicas
103. estabelecimento e aperfeiçoamento de critérios para distribuição de pessoal técnico-administrativo;
104. identificação das necessidades de capacitação dos servidores técnico-administrativos, docentes e dos ocupantes de cargos e funções de Direção e Chefia, a partir da avaliação dos trabalhadores dos setores;
105. desenvolvimento integral dos servidores técnico-administrativos e docentes visando à melhoria dos serviços desenvolvidos na Universidade e ao cumprimento de seus compromissos sociais como Instituição Pública;
106. ações de desenvolvimento de recursos humanos voltadas a todos os que trabalham na Universidade, independentemente do tipo de vínculo jurídico que tenham com a Instituição;
107. promoção da escolarização, em nível de ensino fundamental, dos servidores da Universidade que não tiveram possibilidade de concluí-lo em tempo hábil e possibilitar a formação, em nível de ensino médio e superior, dentro do horário de trabalho;
108. promover o aperfeiçoamento dos servidores técnico-administrativos, através da realização de cursos de pós-graduação relacionados com sua área de atuação;
109. conseqüência de vagas e liberação de técnico-administrativos para cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado
110. ações preventivas nas áreas de saúde e segurança do trabalhador e atendimento das questões diagnosticadas pelas COSAT's e órgãos técnicos responsáveis;
111. desenvolver ações de capacitação e outras visando à implantação das COSATs (Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho);
112. patamar digno de relação de trabalho para os Terceirizados;
113. preparação para a aposentadoria, oportunizando a discussão sobre o seu significado e informando sobre os aspectos jurídico-formais, com a participação da ASSUFRGS no conteúdo e aplicação;

114. estabelecimento de critérios claros para remoção e permuta de técnico-administrativos, que a decisão de colocação de servidor à disposição não seja privativa de Chefia e Direção de Unidade, devendo ser ouvido o servidor e o grupo imediato de trabalho do servidor; o processo deve ser acompanhado pela ASSUFRGS;
115. sindicâncias e inquéritos administrativos: garantia de amplo direito de defesa. As comissões de sindicância não devem ser constituídas por servidores da Unidade onde ela é realizada;
116. ampliação da cota de atendimento de saúde – Hospital de Clínicas de POA e Odontologia e atendimento pelos médicos e dentistas da UFRGS;
117. melhoria do atendimento da Junta Médica;
118. fim de cobrança de taxas para solicitação e encaminhamentos de documentos que digam respeito à vida funcional e estudantil.
119. remoção de servidores: o servidor deve ter a oportunidade de um período de experiência na Unidade para qual foi encaminhado, quando estiver à disposição da PRORH e esse assunto deve ser tratada pelo DDRH.

Terceiro Congresso da ASSUFRGS

120. Como elemento de acúmulo histórico, referência para os debates necessários de serem realizados na base da categoria, a partir de 1990 nosso Sindicato adotou o método de promover discussões políticas em nossa base sindical no Rio Grande do Sul a partir dos Congressos do SINTESTRS - CONSINTESTRS. Naquele momento, a conjuntura era de reestruturação da organização dos trabalhadores, particularmente dos Servidores Públicos após a Constituição de 1988, onde apontamos algumas discussões nas Teses que propusemos e que orientaram as ações adotadas por nosso Sindicato para enfrentar as políticas capitalistas dos governos que se sucederam (Teses disponíveis por solicitação):
 - 1990 / I CONSINTEST: Congresso de Fundação e Estrutura Sindical do SINTESTRS - ASSUFRGS, AFFFECIMPA, ABCLIN, ASSUFMS, ASUFPEL, APTAFURG;
 - 1991 / II CONSINTEST - SINTESTRS, A Ofensiva e a Organização dos Trabalhadores: Os Trabalhadores e a Conjuntura Internacional; A Conjuntura Nacional; Conjuntura Estadual; Balanço do SINTESTRS; Plano de Lutas;
 - 1992 / III CONSINTEST - Trabalhadores em Educação, Formação e Organização: Preceitos Políticos; Saúde e Previdência na Visão dos Trabalhadores; A Questão Palestina; Conjuntura Nacional; SINTESTRS: Avaliação e Balanço; Plano de Ação; Plano de Lutas; Lutas Gerais;
 - 1993 / IV CONSINTEST - O Poder nas Mãos dos Trabalhadores: Socialismo e Estratégia; O Imperialismo e o Momento Atual; A República do Brasil; A Realidade Brasileira; O Retrato da Miséria, a Fome; Estado de Israel, Terrorista, Racista e Opressor; A Questão da Estrutura; A Comunicação na Organização Sindical das IFES; Fundamentos para a Discussão das 30 Horas Semanais; A Questão do poder; A Questão da Representação; Formas de luta; Militância; Nossas Bandeiras de Luta;
 - 1994 / V CONSINTEST - Organização e Estrutura Sindical dos Trabalhadores das IFES: Socialismo; Conjuntura; A Questão Palestina; Por uma Política Antirracista; Greve dos SSPFF de 19 de Abril; V CONCURTO; Terceirização; Organização por Local de Trabalho; A Organização dos SSP na CUT; A CUT e os Trabalhadores em Educação; Balanço do SINTESTRS; Balanço da Gestão 93/95; O Sindicato Nacional, Estrutura e Democracia; O XII CONFASUBRA; O SINTESTRS e a Transição.

121. Especificamente na ASSUFRGS, no primeiro CONASSUFRGS, realizado em 2000, foram propostos os seguintes debates que apresentamos na Tese 1º Congresso da ASSUFRGS, A Reafirmação do Sindicato de Lutas e o Aprofundamento da Democracia: A Desprivatização do Espaço Público, Trabalhadores e Usuários na Mesma Luta; Conjuntura; Greve Nacional dos Servidores Públicos Federais 2000; O Governo da Frente Popular e o Movimento; A Vitória do Campo Democrático-Popular nas Eleições Municipais 2000; ASSUFRGS - Seção Sindical do SINTEST / RS; 5º Congresso do SINTEST/RS - 1994: o isolamento da base; A Contra-Mão do Movimento; A ASSUFRGS / Seção Sindical; A Questão das Finanças; O Sindicato de Luta se Consolida – 10 Anos de Mudanças e Vitórias; Os Filiados da ASSUFRGS/Seção Sindical; DIREÇÃO DE LUTA PARA OS TRABALHADORES, O Plano Estratégico do Sindicato; Orçamento Participativo na ASSUFRGS; Eleições para Reitor(a) da UFRGS 2000; Programa para a UFRGS – Gestão 2000: Uma Tarefa para a ASSUFRGS; Projeto “POR UMA UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA OS TRABALHADORES”: Autonomia só com Democracia; Proposta de Comissão Especial para o CONSUN: Relações com a Sociedade; A Prestação de Serviços na UFRGS; As Relações da UFRGS com a Sociedade; As Fundações e a UFRGS.
122. No segundo CONASSUFRGS, realizado em 2008, foram propostos pela ASSUFRGS os seguintes temas para debates: Conjuntura; Universidade; Políticas sindicais (Exemplo: carreira, relações de trabalho, saúde, terceirizados, aposentados, políticas sociais); Balanço político da Assufrgs; Organização sindical; Plano estratégico e de lutas; Reforma estatutária; Moções. Para contribuir nos debates apresentamos, a partir de construção coletiva na base, a Tese A Manutenção das IFES, com as seguintes abordagens: Conjuntura; Autonomia e Reforma Universitária; Princípios da Universidade Pública que defendemos; Principais Eixos para a Gestão da UFRGS; A Prestação de Serviços na UFRGS; As Fundações e a UFRGS; ASSUFRGS; Política para os Terceirizados; Política de Manutenção para as IFES; Política de Manutenção para a UFRGS: Manutenção Criativa; Desafios para a ASSUFRGS
123. Por entender que o método de promover discussões políticas a partir dos Congressos da ASSUFRGS é um instrumento valioso de debate de idéias na base da categoria, da mesma forma que proporciona o atendimento às demandas dos Servidores Técnico-Administrativos e traça as linhas políticas da ASSUFRGS para o período, propomos a realização do III Congresso da ASSUFRGS - III CONASSUFRGS, no primeiro semestre de 2013, com a seguinte pauta:
- Conjunturas Internacional e Nacional
 - Educação e Plano Nacional de Educação no Brasil
 - Balanço da Greve dos SSPPFF 2012
 - Autonomia, Democracia, Financiamento, Estatuinte, PDI, Eleições e Gestão da UFRGS
 - ASSUFRGS: Balanço, Estratégia e Estrutura Sindical
 - Plano de Lutas

América del Indio - Taiguara

Libre América Latina
Del Brasil al Ecuador
De México a la Argentina
De Uruguai a El Salvador

Nación de tantas naciones
De Mambos y Chamamés
Autodeterminaciones
Es como las llamaré

De acá mirando el mapa...
Ai... como sugieres... y eres
Mujer...
Granadominicanicaraguaiana
Haitchilenezuelomboliviana

...llegó a mi casa un turista
buscando um macho tribal
Le dije al débil racista:

- Senhor... no lo tome a mal...
Soy Indio. No soy folklore.
Soy gente y voy a alcanzar
La Ciência que los "senhores"
Corrompem p'a dominar.
La Tierra...
La Gente...
...que los senhores
Corrompem p'a dominar.
Libre América del Indio
Es como las llamaré
Autodeterminaciones
De Mambos y Chamamés
Libre América del Indio
Peruondurricanidad
Suriparaguatemalaica
Puertoricubanamá
Libre América del Indio
Del Brasil al Ecuador
De México a la Malvinas
De Uruguai a El Salvador

Taiguara Chalar da Silva (Montevideú, 9 de outubro de 1945) foi um cantor e compositor Brasileiro e seu pai é o Bandoneonista e Maestro Ubirajara Silva. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1949 e para São Paulo em 1960. Largou a faculdade de Direito para se dedicar à música. Participou de vários festivais e programas da TV. Fez bastante sucesso nas décadas de 60 e 70. Considerado um dos símbolos da resistência à censura durante a ditadura militar brasileira, Taiguara foi um dos compositores mais censurados na história da MPB, tendo cerca de 100 canções vetadas. Os problemas com a censura levaram Taiguara a se exilar na Inglaterra em meados de 1973. Em Londres, estudou no Guildhall School of Music and Drama e gravou o *Let the Children Hear the Music*, que nunca chegou ao mercado, tornando-se o primeiro disco estrangeiro de um brasileiro censurado no Brasil. Em 1975, voltou ao Brasil e gravou o *Imyra, Tayra, Ipy* - Taiguara com Hermeto Paschoal e uma orquestra sinfônica de 80 músicos. O espetáculo de lançamento do disco foi cancelado e todas as cópias foram recolhidas pela ditadura militar em poucos dias. Em seguida, Taiguara partiu para um segundo exílio que o levaria a África e à Europa por vários anos. Voltou a cantar no Brasil em meados dos anos 80. **Na Greve da FASUBRA de 1992, Campanha da ASSUFRGS "O Gato Comeu", Taiguara fez espetáculos pela ASSUFRGS na Esquina Democrática e Casa de Cultura Mário Quintana.** Faleceu em 1996 devido a câncer na bexiga.